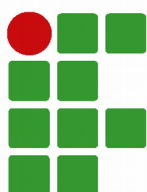


# RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

— ANO REFERÊNCIA: 2018 —

## Águas Lindas



**INSTITUTO FEDERAL**  
Goiás

Câmpus  
Águas Lindas



**Ministério da Educação**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

**Relatório de Autoavaliação Institucional**  
**Ano Referência- 2018**

Goiânia, fevereiro de 2019.



**Reitoria do IFG**

**Reitor**

Jerônimo Rodrigues da Silva

**Diretoria Executiva**

Adriana dos Reis Ferreira

**Pró-Reitoria de Administração**

José Carlos Barros Silva

**Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional**

Amaury França Araújo

**Pró-Reitoria de Ensino**

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

**Pró-Reitoria de Extensão**

Daniel Silva Barbosa

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Paulo Francinete Silva Junior

## **Diretores Gerais dos Câmpus**

### **Câmpus Águas Lindas**

Tiago Gomes de Araujo

### **Câmpus Anápolis**

Elza Gabriela Godinho Miranda

### **Câmpus Aparecida de Goiânia**

Ana Lucia Siqueira de Oliveira

### **Câmpus Cidade de Goiás**

Sandro Ramos de Lima

### **Câmpus Formosa**

Murilo de Assis Silva

### **Câmpus Goiânia**

Maria de Lourdes Magalhães

### **Câmpus Goiânia Oeste**

Ubaldo Eleutério da Silva

### **Câmpus Inhumas**

Luciano dos Santos

### **Câmpus Itumbiara**

Aline Silva Barroso

### **Câmpus Jataí**

Mara Rúbia de Souza Rodrigues Morais

### **Câmpus Luziânia**

Reinaldo de Lima Reis Júnior

### **Câmpus Senador Canedo**

Aldemi Coelho Lima

### **Câmpus Uruaçu**

Andreia Alves do Prado

### **Câmpus Valparaíso**

João Marcos Bailão de Lima

**Equipe Comissão Central da CPA 2017/2019**

Jakeline Cerqueira de Moraes  
**Representante Técnica-Administrativa**  
*Presidente*

Darlene Ana de Paula Vieira  
*Representante Docente*  
*Secretária Administrativa*

Danielle Fernanda Moraes Pavan  
**Representante Técnico-Administrativa**

Priscila Branquinho Xavier  
*Representante Docente*

Ivaine Maria da Silva Melo  
*Representante Discente*

Gustavo Henrique Garcez Andrade  
*Representante Discente*

Liana Jayme Borges  
*Representante indicada pela Universidade Federal de Goiás*

Antoniél Aniceto de Oliveira  
*Representante indicado pelo IFGoiano*

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica  
CEFET-GO – Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás  
CIS – Comissão Interna de Supervisão  
CODIR – Colégio de Dirigentes  
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior  
CONSUP – Conselho Superior  
CONEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é o órgão  
CPA – Comissão Própria de Avaliação  
CPC – Conceito Preliminar de Curso  
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente  
CPPIR – Comissão Permanente para as Relações Étnico-Raciais  
DAES – Diretoria de Avaliação da Educação Superior  
DINTER – Doutorado Interinstitucional  
EAD – Ensino a Distância  
EJA – Educação de Jovens e Adultos  
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes  
FIC – Formação Inicial e Continuada  
IES – Instituições de Educação Superior  
IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
IGC – Índice Geral dos Cursos  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
UFG – Universidade Federal de Goiás  
IFGoiano – Instituto Federal Goiano  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina  
MEC – Ministério da Educação  
MINTER – Mestrado Interinstitucional  
NAPNES – Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIPECT – Programa Institucional de Incentivo à Participação em Eventos Científicos e Tecnológicos para Servidores

PIPART – Programa Institucional de Incentivo à Tradução

PIQS – Programa Institucional de Bolsa de Qualificação de Servidores

PPE – Plano de Permanência e Êxito

PPI – Projeto Pedagógico da Instituição

ProAPP – Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SLAs – Subcomissões Locais de Avaliação

TAE – Técnico/a Administrativo/a

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1: Número e Proporção de Discentes por Câmpus.....	18
Gráfico 2: Divulgação dos resultados da autoavaliação institucional.....	44
Gráfico 3: Conhecimento dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela CPA.....	48
Gráfico 4: Divulgação dos Resultados da Autoavaliação Institucional.....	50

## **Lista de Quadros**

Quadro 1: Distribuição da oferta de vagas no IFG.....	14
Quadro 2: Distribuição das matrículas por modalidade.....	18
Quadro 3: Avaliações internas e externas.....	19
Quadro 4: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP.....	20
Quadro 5: Dimensões avaliadas pelo INEP.....	21
Quadro 6: Respostas a Autoavaliação Institucional por seguimento.....	27
Quadro 7: Composição da CPA Central IFG 2017-2019.....	28
Quadro 8: Composição da Subcomissão Local de Avaliação – IFG Águas Lindas.....	30
Quadro 9: População e amostra por seguimento correspondentes.....	36
Quadro 10: Distribuição da oferta de vagas no IFG – Câmpus Águas Lindas no ano de 2018.....	37
Quadro 11: Cronograma de execução das atividades de sensibilização referente ao processo de autoavaliação 2018.....	39
Quadro 12: Cronograma de atividades para elaboração dos Relatórios Locais e Institucionais – 2018.....	40
Quadro 13: Apresentação dos Resultados: Eixo I: Planejamento e Autoavaliação.....	43
Quadro 14: Análise dos resultados: divulgação dos resultados da autoavaliação institucional.....	44
Quadro 15: Sugestões SLA para o Planejamento e Autoavaliação Institucional-Câmpus Águas Lindas.....	46
Quadro 16: Apresentação dos Resultados: Eixo III- Dimensão II: Políticas de Ensino	47
Quadro 17: Atendimento às demandas econômicas da região – todos os seguimentos	48
Quadro 18: Acompanhamento dos trabalhos do CONEPEX – todos os seguimentos	49
Quadro 19: Conhecimento ou participação em Projetos de Extensão do IFG.....	50
Quadro 20: Sugestões SLA para as Políticas Acadêmicas – IFG Câmpus Águas Lindas.....	51
Quadro 21: Sugestões SLA para as Políticas Acadêmicas de atendimento aos discentes – IFG Câmpus Águas Lindas.....	54



## SUMÁRIO

Lista de Gráficos.....	8
Lista de Quadros.....	8
INTRODUÇÃO.....	11
1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	13
ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	19
1.1 Avaliações externas:.....	20
1.1.1 Avaliações <i>in loco</i> :.....	20
1.1.2 Avaliações <i>in loco</i> IFG 2018.....	21
1.1.3 Demais indicadores de qualidade.....	21
1.2 Avaliações Internas.....	24
1.3 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG.....	25
1.4 Atual composição da CPA do IFG.....	28
2 METODOLOGIA.....	32
2.1 Delineamento do Estudo.....	34
2.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados.....	34
2.2.1 Questionários.....	34
2.2.2 Definição da População da Pesquisa.....	36
2.2.3 Consulta a Documentos Institucionais.....	37
2.3 Escalas e Critérios de Análise dos Resultados.....	37
2.4 Cronograma de execução das ações.....	38
3 RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES.....	42
3.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....	43
3.1.1 Análise dos Resultados: Eixo Planejamento e Autoavaliação Institucional.....	44
3.2 Sugestões da SLA para promover o desenvolvimento do Planejamento e Autoavaliação Institucional.....	46
3.3 Eixo III – Políticas Acadêmicas.....	47
3.3.1 Análise dos Resultados: Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão:.....	48
3.3.2 Sugestões da SLA para promover o desenvolvimento das Políticas Acadêmicas: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....	51
3.3.3 Políticas Acadêmicas: comunicação com a sociedade.....	52

3.3.4	Políticas Acadêmicas: Políticas de Atendimento aos Discentes:.....	53
3.3.5	Sugestões da SLA para promover o desenvolvimento das Políticas Acadêmicas: Políticas de atendimento aos discentes:.....	54
4	Desafios para os próximos Processos de Autoavaliação.....	54
5	REFERÊNCIAS :.....	56

## INTRODUÇÃO

A Autoavaliação Institucional instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição.

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foi conduzido a partir do Plano de Autoavaliação Institucional (2017-2019) que estabeleceu objetivos, métodos e prazos para a fortalecimento da cultura de autoavaliação e elaboração do presente Relatório de Autoavaliação Institucional do IFG, referente ao ano de 2017. Elaborado em sua versão INTEGRAL, aborda as dez dimensões do Plano de Desenvolvimento Instrucional, exigidas pelo art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à

defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII– planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X –sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional do ano 2017, tais como: delineamento do estudo, instrumentos

e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.

5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

Os resultados apresentados no presente relatório, referente ano de 2018, serão amplamente divulgados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Águas Lindas e discutidos junto à gestão do IFG em eventos institucionais.

## **1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

A [Lei Federal nº 11.892](#), de 29 de dezembro de 2008, transformou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são autarquias federais com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), atualmente conta com, aproximadamente, 11,5 mil estudantes matriculados em seus 14 Câmpus: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

A Instituição oferece desde a educação básica, com ênfase no ensino técnico integrado ao ensino médio, à pós-graduação *lato e stricto sensu*. Na educação profissional o IFG destina 50% de suas vagas aos cursos técnicos integrados ao ensino médio, inclusive, na educação de jovens e adultos, atuando também na educação profissional subsequente. Na educação superior, a Instituição oferta cursos de graduação de tecnologia, bacharelado e licenciatura. Além disto, possui programas pós-graduação em nível de especialização e mestrado.

Atendendo ao tripé de ensino, pesquisa e extensão, oferta cursos de formação profissional de trabalhadores e da comunidade (Pronatec), de Formação Inicial e Continuada (FIC), na metodologia presencial e à distância.

O quadro que segue esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, nos diversos campus e modalidades:

*Quadro 1: Distribuição da oferta de vagas no IFG-2018*

<b>Câmpus</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Total de Matrículas</b>
Águas Lindas	Integrado - EJA	174
	Integrado - Em Tempo Integral	264
Anápolis	Bacharelado	178
	Integrado - EJA	131
	Integrado - Em Tempo Integral	268
	Licenciatura	152
	Mestrado Profissional	42
	Subsequente	7
	Tecnólogo	82
Aparecida de Goiânia	Bacharelado	170
	Integrado - EJA	114
	Integrado - Em Tempo Integral	285

	<b>Licenciatura</b>	191
Cidade de Goiás	Bacharelado	82
	Integrado - EJA	24
	Integrado - Em Tempo Integral	172
	Licenciatura	78
Formosa	Bacharelado	145
	Integrado - EJA	182
	Integrado - Em Tempo Integral	182
	Integrado - Em Tempo Parcial	1
	Licenciatura	213
	Tecnólogo	67
Goiânia	Bacharelado	1.553
	Especialização	151
	Integrado - EJA	310
	Integrado - Em Tempo Parcial	844
	Licenciatura	870
	Mestrado Profissional	62
	Subsequente	299
	Tecnólogo	85
Goiânia Oeste	Integrado - EJA	79
	Integrado - Em Tempo Integral	256
	Licenciatura	231
Inhumas	Bacharelado	166
	Integrado - EJA	34
	Integrado - Em Tempo Integral	194

	Licenciatura	52
Itumbiara	Bacharelado	337
	Especialização	44
	Integrado - EJA	40
	Integrado - Em Tempo Integral	175
	Licenciatura	201
	Subsequente	63
	Jataí	Bacharelado
Integrado - EJA		118
Integrado - Em Tempo Integral		323
Integrado - Em Tempo Parcial		2
Licenciatura		48
Mestrado Profissional		62
Subsequente		110
Tecnólogo		70
Luziânia	Bacharelado	113
	Especialização	25
	Integrado - EJA	54
	Integrado - Em Tempo Integral	319
	Integrado - Em Tempo Parcial	2
	Licenciatura	187
	Subsequente	16
	Tecnólogo	13
	Senador Canedo	Integrado - EJA
Integrado - Em Tempo Integral		183

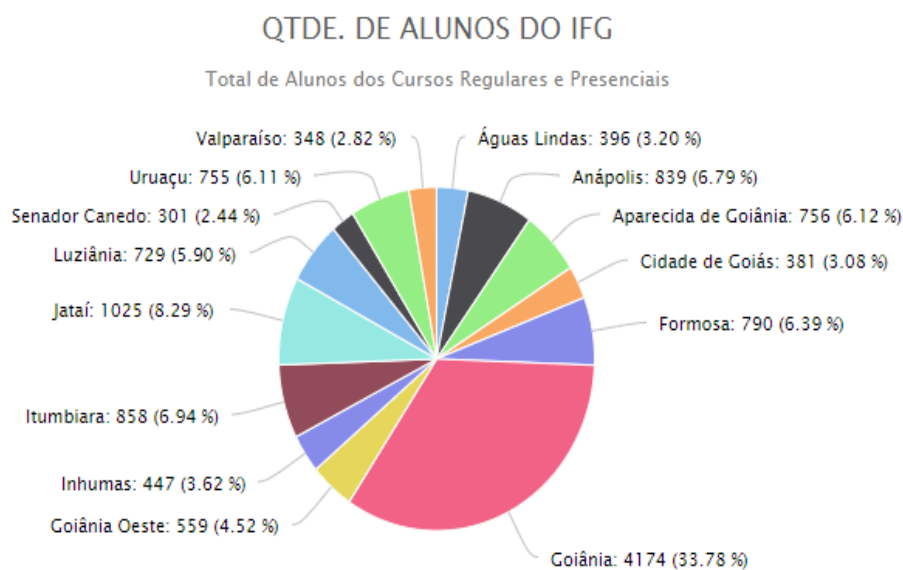


Uruaçu	Bacharelado	148
	Integrado - EJA	106
	Integrado - Em Tempo Integral	282
	Integrado - Em Tempo Parcial	1
	Licenciatura	135
	Subsequente	1
	Tecnólogo	66
Valparaíso	Integrado - EJA	100
	Integrado - Em Tempo Integral	196
	Licenciatura	66
<b>Total de Matrículas no IFG</b>		<b>12405</b>

Fonte: Visão IFG 21/01/2019.

O gráfico 1 sintetiza o número de discentes do IFG em seus 14 Câmpus (Em 18/01/2019):

Gráfico 1: Número e Proporção de Discentes por Câmpus



Fonte: Visão IFG em 19/01/ 2019

Quadro 2: Distribuição das matrículas por modalidade

MODALIDADE	Soma de Total de Matrículas
Bacharelado	3183
Especialização	220
Integrado - EJA	1584
Integrado - Em Tempo Integral	3099
Integrado - Em Tempo Parcial	850
Licenciatura	2424
Mestrado Profissional	166
Subsequente	496
Tecnólogo	383
<b>Total Geral</b>	<b>12405</b>

## 2. ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Em primeiro lugar é preciso contextualizar o/a leitor/a sobre quais são os atos e processos regulatórios que as Instituições de Educação Superior - IES - estão submetidas e o papel das CPAs nos mesmos. Deste modo, tendo em vista a conformidade e a qualidade da oferta de cursos de educação superior no Brasil, o MEC/ INEP condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a atos regulatórios de Credenciamento e Recredenciamento Institucional; Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação, disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010 e, o Decreto 5773 de 09 maio de 2006.

Os processos regulatórios realizados pelo INEP consideram e avaliam as IES a partir de avaliações externas e internas, conforme quadro a seguir:

*Quadro 3: Avaliações internas e externas*

Avaliações internas	Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade
Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA	Avaliações <i>in loco</i> , relacionadas aos processos de credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - <b>ENADE</b>
		Conceito Preliminar de Curso ( <b>CPC</b> ), gerado a partir do ENADE e outros insumos.
		Índice Geral dos Cursos - <b>IGC</b> , gerado a partir dos CPCs e outros insumos.

## 1.1 Avaliações externas:

### 1.1.1 Avaliações *in loco*:

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e credenciamento, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso).

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por meio de seus cursos, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

*Quadro 4: Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP*

<b>EIXOS</b>	<b>DIMENSÕES</b>
<b>Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional</b>	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
<b>Eixo II - Desenvolvimento Institucional</b>	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
<b>Eixo III – Políticas Acadêmicas</b>	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

<b>Eixo IV – Políticas de Gestão</b>	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
<b>Eixo V – Infraestrutura Física</b>	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP<sup>1</sup>, deverão ser avaliadas três dimensões:

*Quadro 5: Dimensões avaliadas pelo INEP*

<b>Dimensão 1</b>	Organização Didático-Pedagógica
<b>Dimensão 2</b>	Corpo docente e tutorial
<b>Dimensão 3</b>	Infraestrutura

### **1.1.2 Avaliações in loco IFG/2018.**

O Câmpus Águas Lindas do Instituto Federal de Goiás, até o ano de 2018, período da avaliação, objeto deste relatório, não contou com avaliações in loco, uma vez que não dispunha de cursos superiores. Apenas no presente ano, 2019, deu-se início ao Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas.

### **1.1.3 Demais indicadores de qualidade**

**ENADE** - O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes(Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da

<sup>1</sup> Em outubro de 2017 o INEP publicou a última versão do Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf)

Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5º A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.  
Curso de capacitação 2014 21

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3º A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

## CPC e IGC- Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa no 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e para as avaliações *in loco*, são atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade. Conforme exposto anteriormente, o Câmpus Águas Lindas/IFG não dispôs até o ano de 2018 com cursos superiores, e portanto não possui tais indicadores a serem avaliados.

## 1.2 Avaliações Internas

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC<sup>2</sup> é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério

---

2 e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.



da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação a esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

A partir do ano de referência de 2015 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral

### **1.3 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG**

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. Desde o ano de 2005 a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos Campus: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas nos demais Câmpus do IFG.

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente dos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

Em 2017 a CPA elaborou seu Plano de Autoavaliação Institucional, que compreende os anos de 2017 a 2019, abordando metodologias de elaboração de seus relatórios, metodologias de sensibilização da comunidade acadêmica e metodologias de meta avaliação. O Plano prevê, ainda, a elaboração anual de relatórios de autoavaliação locais, por Câmpus, cujos responsáveis pela elaboração são as subcomissões locais de avaliação, além da elaboração do relatório de autoavaliação institucional geral, cuja responsável pela elaboração é a CPA (central) do IFG.

Observa-se que o Plano de Autoavaliação Institucional tornou-se um instrumento de suma relevância para evolução e consolidação do Processo de Autoavaliação, uma vez que ele define metodologias, processos, critérios e a avaliação dos mesmos na etapa da Meta avaliação. Deste modo, a avaliação do processo anterior permite um melhor planejamento do processo avaliativo subsequente.

Todas as etapas de atuação da CPA, previstas no Plano foram cumpridas em 2017, dentre elas as etapas de meta avaliação e planejamento merecem destaque. Conforme previsto no Plano de Autoavaliação, separou-se tempo e espaço (II Seminário de Autoavaliação Institucional) para que a comunidade interna, as SLAs e a CPA Central apresentassem críticas e sugestões a respeito das estratégias e metodologias adotadas no processo avaliativo de 2017. Dentre os aspectos levantados que influenciaram o planejamento do processo de autoavaliação em 2018 estão:

- Extensão e complexidade do questionário;

- Rigor excessivo nas escalas e critérios de análise adotados na análise dos dados quantitativos;

- Ampliar a participação de comunidade;

Para sanar as críticas à forma do questionário foi designado mediante Portaria, membros adicionais à CPA, com o objetivo de reelaborar o questionário de forma a

torná-lo mais sucinto e objetivo. Em consulta aos 14 Câmpus e 5 Pró-Reitorias a CPA recebeu a indicação de dois servidores: Max Well de Oliveira Rabelo e Makário Luiz Orozimbo Júnior.

No contexto de consolidação do Processo Avaliativo na Instituição a sensibilização da comunidade, apontado como um ponto a ser melhorado, mereceu destaque na etapa de planejamento da avaliação 2018. Deste modo, consolidou-se a estratégia de divulgar notícias de divulgação do questionário de autoavaliação nos canais de comunicação com a comunidade interna: email, boletim de serviço e site institucional. Além disso, foi disponibilizado no Sistema Q-Acadêmico o link do questionário. As SLAs sensibilizaram a comunidade discente, docente e técnica-administrativa em reuniões institucionais e nas salas de aula. Além disso, foram afixados nos Câmpus e na Reitoria *QR Codes* que permitiam o acesso ao questionário através de dispositivos móveis.

Tais medidas foram fundamentais para um incremento de 36% no total de respostas ao questionário, conforme quadro a seguir:

*Quadro 6: Respostas à Autoavaliação Institucional por seguimento.*

Segmento	Ano		Proporção
	2017	2018	
Docentes	25	37	48%
Discentes	72	*	*
TAEs	14	16	14%
Total	111	53	36%**

\* Na avaliação de 2018, seguindo orientação da CPA, não foram avaliados discentes no Câmpus Águas Lindas.

\*\*Para critérios de cálculo não foram considerados os discentes referentes ao ano de 2017.

O acréscimo de participação da avaliação institucional de 2018 pode ser atribuído a maciça divulgação que ocorreu no Câmpus. Ademais, com a iminente abertura do Curso Superior em Licenciatura em Ciências Biológicas, os servidores e docentes se sensibilizaram quanto a relevância do processo de avaliação institucional.

#### 1.4 Atual composição da CPA do IFG

A CPA é organizada por uma Comissão Central e Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs). A Comissão Central é constituída por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e representantes da sociedade civil e, as Subcomissões Locais são compostas por representantes do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e seus respectivos suplentes.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. O Quadro 7 apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria nº 1.189, de 03 julho de 2017 atualizada pela Portaria nº 2.453 de 16/10/2016, atualizada pela Portaria nº 265, de 28/02/2019.

*Quadro 7: Composição da CPA Central IFG 2017-2019*

<b>CPA CENTRAL</b>			
<b>Nome</b>	<b>Câmpus / Instituição</b>	<b>Segmento</b>	<b>Nº da Portaria - Data</b>
			<b>Designação</b>
Jakeline Cerqueira de Morais	Goiânia	TAE	1.189 - 03/07/2017
Danielle Fernanda Morais Pavan	Reitoria	TAE	1.189 - 03/07/2017
Priscila Branquinho Xavier	Inhumas	Docente	1.189 - 03/07/2017

Darlene Ana de Paula Vieira	Inhumas	Docente	1.189 - 03/07/2017
Ivaine Maria da Silva Melo	Formosa	Discente	1.189 - 03/07/2017
Gustavo Henrique Garcez Andrade	Formosa	Discente	1.189 - 03/07/2017
Liana Jayme Borges	Representante da UFG	Sociedade Civil	1.189 - 03/07/2017
Antoniél Aniceto de Oliveira	Representante do IFGoiano	Sociedade Civil	1.189 - 03/07/2017

As competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Discutir, elaborar, socializar e implantar o Plano de Avaliação Institucional, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas desenvolvidas pelas Subcomissões em cada Câmpus que integra o IFG;
- Sistematizar os dados apresentados nos Relatórios de Autoavaliação Locais, elaborados pelas Subcomissões de Avaliação, dos diversos Câmpus que integram o IFG, de forma a constituir um único Relatório;
- Elaborar Relatórios de Autoavaliação Institucional: com postagem da versão integral até **31/03/2018** e postagem da versão parcial até **31/03/2019**, conforme orientações da Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP;

- Divulgar os resultados da autoavaliação mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Sistematizar as sugestões das subcomissões para a promoção do desenvolvimento institucional;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e à comunidade acadêmica.
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.
- Proceder à devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

O Quadro 8 apresenta a composição da Subcomissão Local de Avaliação do Câmpus Águas Lindas do IFG e suas respectivas portarias.

*Quadro 8: Composição da Subcomissão Local (CPA)*

<b>REPRESENTANTES POR SEGMENTO</b>			
<b>Nome</b>	<b>Representação</b>	<b>Função</b>	<b>Portaria</b>
Patrícia Carvalho de Oliveira	Docente	Titular	1.130/2018
Mariana Magalhães Nóbrega	Docente	Suplente	1.130/2018
Adriana Rosely Silva	TAE	Titular	1.130/2018
Aline Ribeiro de Oliveira	TAE	Suplente	1.130/2018
Tiago Rodrigues Santos	Discente	Titular	1.130/2018

Samara Lopes Amorim	Discente	Suplente	1.130/2018
---------------------	----------	----------	------------

São responsabilidades das Subcomissões Locais de Avaliação (CPA):

- Socializar e implementar o Plano de Avaliação Institucional definido pela CPA;
- Mobilizar a participação da comunidade acadêmica, de cada Câmpus, no processo de avaliação institucional;
- Divulgar o processo de autoavaliação, bem como seus resultados, mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar e divulgar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Organizar e acompanhar a aplicação dos instrumentos de avaliação nos Câmpus, assim como a análise e sistematização dos dados coletados;
- Elaborar o Relatório de Autoavaliação Local, avaliando seus respectivos Câmpus e cursos;
- Apontar, no Relatório de Autoavaliação Local, as dificuldades/pontos fracos, os pontos fortes e propostas de desenvolvimento para seus respectivos Câmpus, cursos e para a Instituição;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e a comunidade acadêmica;
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.

- Proceder a devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo e acompanhar as ações de melhoria, decorrentes da autoavaliação;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia adotada no processo de autoavaliação 2017 foi delineada no Plano de Autoavaliação a partir da experiência pregressa da CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, dos recursos institucionais disponíveis e do Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC, 2016).

Em 2018, o processo de autoavaliação considerou as devolutivas oriundas do da meta avaliação do processo, conforme definido no Plano de Autoavaliação Institucional, ocorrida durante o Seminário de Autoavaliação Institucional, realizado no dia 18 de junho de 2018, no Câmpus Goiânia do IFG.

Entre os pontos fortes apontados estão:

-A consolidação do processo de autoavaliação institucional, com maior ênfase nos Câmpus;

-Aproximação com os Câmpus;

-A elaboração dos Relatórios de Autoavaliação dos Câmpus;

- Estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica adotadas tais como:

-Utilização de símbolos bidimensionais (QR Codes) que facilitaram a divulgação e o acesso ao questionário de autoavaliação institucional

As principais críticas ao processo de 2017 foram:



-Extensão e complexidade do questionário de autoavaliação aplicado para comunidade interna como elemento desmotivador da participação da comunidade no processo de autoavaliação.

- Excessivo rigor nas escalas e critérios de análise definidos;

- Ausência das avaliações externas no Relatório de Autoavaliação de 2017.

- Necessidade de maior apropriação e utilização do relatório de autoavaliação institucional nos processos de Planejamento Institucional.

Desta forma, fundamentado no art. 4º, Parágrafo 5º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme a Resolução CONSUP/IFG nº17 de 15 de outubro de 2015 e visando aprimorar o processo de autoavaliação de 2018, foi instituído através da Portaria 2.581, de 6 de novembro de 2018, a partir da indicação dos Câmpus e Pró-Reitorias, membros adicionais à CPA, com a finalidade de reelaborar o questionário de autoavaliação.

Os membros adicionais trabalharam em conjunto com a CPA Central e SLAs no processo de reelaboração do questionário tornando-o mais objetivo, rápido sem desviar do objetivo de avaliar os Eixos e Dimensões escolhidos (Planejamento e Autoavaliação Institucional e Políticas Acadêmicas) para serem abordados na pesquisa institucional.

O presente relatório, busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem apresenta-se o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidade de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

## 2.1 Delineamento do Estudo

O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 02 (dois) eixos e suas respectivas Dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

### **Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional**

Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

### **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Dimensão 2: a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Dimensão 4: a comunicação com a sociedade.

Dimensão 9: políticas de atendimento aos estudantes.

## 2.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

O diagnóstico acerca das potencialidades e fragilidades do IFG (autoavaliação), realizado pela CPA adotou uma triangulação de métodos e fontes que utilizou como instrumentos: consulta à comunidade através de questionários elaborados pela CPA, questionários elaborados por setores e Pró-Reitorias e análise de documentos oficiais.

### **2.2.1 Questionários**

O principal instrumento de coleta de dados para o processo de autoavaliação institucional consistiu em questionários tipo *survey*, estruturados com perguntas fechadas e abertas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos, bem como, abrir espaço para sugestões da comunidade sobre os aspectos avaliados.

Os questionários foram construídos de forma a abranger as especificidades de cada segmento da comunidade acadêmica: discentes, docentes e servidores técnico-administrativos/as lotados nos 14 Câmpus da Instituição e na Reitoria.

No que diz respeito ao conteúdo, os questionários abordaram de forma concisa e objetiva Planejamento e Autoavaliação e Políticas acadêmicas e suas respectivas dimensões tendo em vista eliminar problemas de interpretação e complexidade do questionário.

Os questionários, foram disponibilizados à comunidade através da plataforma *Limesurvey*, no período que abrangeu o dia 01 de novembro até o dia 15 de dezembro de 2018. Os links de acesso foram divulgados nos meios de comunicação institucionais: página eletrônica da Instituição, e-mail institucional, sistema acadêmico, boletins de notícias e materiais impressos afixados nos Câmpus com *QR Codes* que direcionavam a comunidade à página da pesquisa .

Cabe salientar que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, as Subcomissões fizeram um trabalho de sensibilização junto à comunidade para promover conhecimento sobre o processo de avaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

A partir das críticas recebidas em relação à pesquisa de autoavaliação de 2017 o questionário de 2018 foi elaborado para ser claro e sucinto. Além disso, os resultados de 2017 demonstrou um grande número de respostas “de escape”, ou seja, “não sei” ou “inexistente”, entretanto, muitos dos aspectos avaliados existiam, inclusive com políticas e documentos institucionais norteando.

Deste modo, buscou-se para o processo de autoavaliação institucional de 2018, construir, principalmente, perguntas que avaliam o conhecimento da comunidade a respeito de aspectos relacionados às diferentes Dimensões dos Eixos avaliados. As assertivas consistiam em “SIM” ou “NÃO”.

## 2.2.2 Definição da População da Pesquisa

A população de pesquisa considerada no estudo no Câmpus Águas Lindas foi a comunidade acadêmica do IFG, composta pelos dois segmentos: o corpo docente e servidores técnico/as- administrativos/as.

Deste modo, dada uma população de 76 membros da comunidade acadêmica (docentes, técnicos/as administrativos) do IFG Câmpus Águas Lindas, em 2018, constitui-se uma amostra de respondentes. Esta amostra foi constituída por 37 docentes (77% do segmento docente), e 16 servidores TAE's (57% do segmento TAE). Foram considerados somente os questionários respondidos de forma completa e finalizados na plataforma *Limesurvey*. O Quadro 9 apresenta uma síntese da população e amostra considerada.

*Quadro 9: População e amostra por seguimentos correspondentes*

	Segmentos			
	Docentes	Discentes	TAE's	Total
População	48	438	28	76
Amostra	37	*	16	53**
Percentual	77%	*	57%	<b>69%</b>

\*Na avaliação de 2018, seguindo orientação da CPA, não foram avaliados discentes no Câmpus Águas Lindas/IFG.

\*\*Para critérios de cálculo não foram considerados os discentes referentes ao ano de 2017.

O quadro 10 demonstra o quantitativo de estudantes matriculados nos cursos técnicos.

*Quadro 10: Distribuição da oferta de vagas no IFG – Câmpus Águas Lindas no ano de 2018*

<b>Modalidade</b>	<b>Nº de Discentes</b>
Técnico em Enfermagem – Modalidade EJA	173
Técnico em Meio Ambiente – Modalidade Integral Integrado ao Ensino Médio	67
Técnico em Análises Clínicas – Modalidade Integral Integrado ao Ensino Médio	70
Técnico em Vigilância em Saúde – Modalidade Integral Integrado ao Ensino Médio	66

A comunidade externa não foi avaliada nos ciclos de 2017 e 2018.

### **2.2.3 Consulta a Documentos Institucionais**

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012-2016);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI 2012-2016);
- Relatório de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;

### **2.3 Escalas, critérios de análise dos resultados e indicações à Gestão.**

Em razão das mudanças no questionário de autoavaliação, a metodologia de tratamento, classificação e indicações das fragilidades institucionais sofreu uma ligeira mudança uma vez que as perguntas do questionário de autoavaliação 2018 não buscou avaliar os diferentes graus da aprovação de um aspecto (BOM, ÓTIMO, RUIM, REGULAR, PÉSSIMO, NÃO SEI/NÃO EXISTE) e sim sintetizar o “BOM” e “ÓTIMO” no “SIM” e o “PÉSSIMO”, “RUIM” e “NÃO SEI/NÃO EXISTE” no “NÃO”.

É importante destacar que, embora realizou-se mudanças no questionário, de forma a torná-lo menos denso, complexo e cansativo, desencadeou-se apenas ajustes na metodologia de análise que permitirão o acompanhamento temporal dos aspectos avaliados. Desta forma, a metodologia de análise dos resultados quantitativos buscou analisar a proporção de “SIM”, uma vez que ao responder “SIM” o respondente declarava conhecimento, aprovação ou suficiência do aspecto analisado. Os critérios de análise e indicação.

**MANTER:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

**DESENVOLVER:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

**MELHORAR:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 26% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

**SANAR:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou menor que 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

## 2.4 Cronograma de execução das ações

Para condução do processo de autoavaliação a CPA utilizou-se de dois pilares: Ações de Sensibilização da Comunidade e elaboração dos Relatórios de Autoavaliação Locais e Institucional de 2018. Assim, as SLA’S e a CPA (central) cumpriram o seguinte cronograma:

*Quadro 11: Cronograma de execução das atividades de sensibilização, referente ao processo de autoavaliação 2018.*

<b>Ação</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
<b>Divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional</b>	Apresentação do Relatório de Autoavaliação Institucional na Semana de Planejamento	SLA	De Fevereiro de a Março de 2018.  Agosto de 2018.
<b>Seminário de Autoavaliação Institucional</b>	Apresentar o Relatório de Autoavaliação Institucional para os Gestores do IFG.	CPA	18 de março de 2018.
<b>Meta-avaliação do processo de avaliação de 2017.</b>	Identificar fragilidades, pontos fortes e desafios a serem superados no processo de avaliação em 2018.	CPA e SLAs	18 de março de 2018.
<b>Reunião Técnica entre a CPA e SLA's</b>	Estabelecer maior aproximação da CPA com as SLA's; enfatizar a importância da autoavaliação institucional na regulação da educação superior; discutir o Processo de Autoavaliação Institucional de 2018 e contribuir com o fortalecimento o processo de autoavaliação nos Câmpus	CPA	28 de Setembro de 2018
<b>Envolvimento dos membros da CPA (central e locais), de forma contínua e efetiva.</b>	A atuação da CPA exige integração entre seus membros e ações a serem desenvolvidas durante todo o processo. Tal integração ocorreu por meio de reuniões (presenciais e por web conferência), emails, telefonemas, memorandos, entre outros.	CPA e SLA's em seus respectivos âmbitos de atuação.	Ação permanente.
<b>Divulgação do</b>	Divulgar os resultados da	CPA e	De fevereiro a

<b>Relatório de autoavaliação institucional 2018</b>	Autoavaliação Institucional para a comunidade acadêmica nos meios de comunicação institucionais.	Comunicação Social do IFG.	abril.
--	--	----------------------------	--------

*Quadro 12: Cronograma de atividades para Elaboração dos Relatórios Locais e Institucional - 2018*

<b>Ação</b>	<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
<b>Elaboração de questionário de autoavaliação 2018</b>	Reelaboração e revisão do questionário de Autoavaliação Institucional.	GT de ajuda técnica na reelaboração do questionário de Autoavaliação institucional.	De 05 a 23 de outubro de 2018.
	Revisão, pelas SLAs, das propostas perguntas para compor o questionário de autoavaliação institucional 2018.	SLAs	De 10 a 18 de outubro de 2018.
<b>Disponibilização dos questionários</b>	Mobilizar a comunidade acadêmica e acompanhar o preenchimento do questionário, de modo a alcançar um percentual de amostragem satisfatório.	SLAs	01 de novembro à 16 de dezembro de 2018
<b>Tabulação dos dados</b>	Tabular os dados dos questionários e disponibilizá-los às SLA's	CPA	17 de dezembro de 2018 a 15 janeiro de 2019.



<b>Categorização dos dados qualitativos.</b>	A CPA categorizou os dados obtidos no campo de críticas, sugestões e elogios do questionário.	CPA	De 15 a 20 de janeiro de 2019.
<b>Consolidação do Relatório de Autoavaliação Institucional (Geral)</b>	Processo de análise, reanálise, escrita e correção do Relatório de Autoavaliação Institucional, ano referência, 2018.	CPA	Fevereiro de 2019.
<b>Postagem no e-MEC</b>	Encaminhamento do Relatório à Procuradoria Educacional Institucional e Postagem no e-mec.	CPA	Segunda quinzena de março de 2019.
<b>Relatório de Autoavaliação dos Câmpus</b>	Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação Institucional dos Câmpus	SLAs	31 de março de 2019.

### **3 RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES**

Nesta seção serão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. As análises dos dados, a consulta a setores e documentos institucionais deram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

As informações desta seção estão agrupadas conforme eixos e suas respectivas dimensões na seguinte ordem:

1. Apresentação e análise dos dados quantitativos e indicação do nível de fragilidade e potencialidade dos itens avaliados, por segmento da comunidade acadêmica, bem como pela SLA.
2. Apresentação das principais contribuições, pontos fortes e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica no campo aberto dos questionários, acompanhadas de reflexões da SLA, fundamentadas em documentos institucionais.
3. Apresentação de quadro síntese de propostas de melhorias aos principais pontos críticos da Instituição.

Conforme estabelecido na metodologia, tem-se como parâmetro para indicar o nível de fragilidade/potencialidade, em cada aspecto avaliado, o percentual de “SIM” assinalados pelos respondentes.

### 3.1 Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Quadro13: Apresentação dos Resultados: Eixo I: Planejamento e Autoavaliação

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional									
Dimensão: Planejamento e Autoavaliação Institucional									
QUESTÕES	Docentes		Discentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Você conhece os resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)?	24,3	75,7	N/A	N/A	12,5	87,5	20,7	79,3	<i>Sanar</i>
Você percebe a utilização dos resultados da CPA no Planejamento e Gestão do IFG ?	27,0	73,0	N/A	N/A	43,7	56,3	32,1%	67,9%	<i>Melhorar</i>
Você participou do Planejamento do ano de 2018 na PróReitoria a qual você está vinculado(a)*	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	<i>N/A</i>
Você considera satisfatória a divulgação do Planejamento anual do seu Câmpus?*	40,5	59,5	N/A	N/A	68,7	31,3	49%	51%	<i>Melhorar</i>
Você participa da elaboração do Planejamento anual do seu Câmpus?*	43,2	56,8	N/A	N/A	43,8	56,2	43%	57%	<i>Melhorar</i>

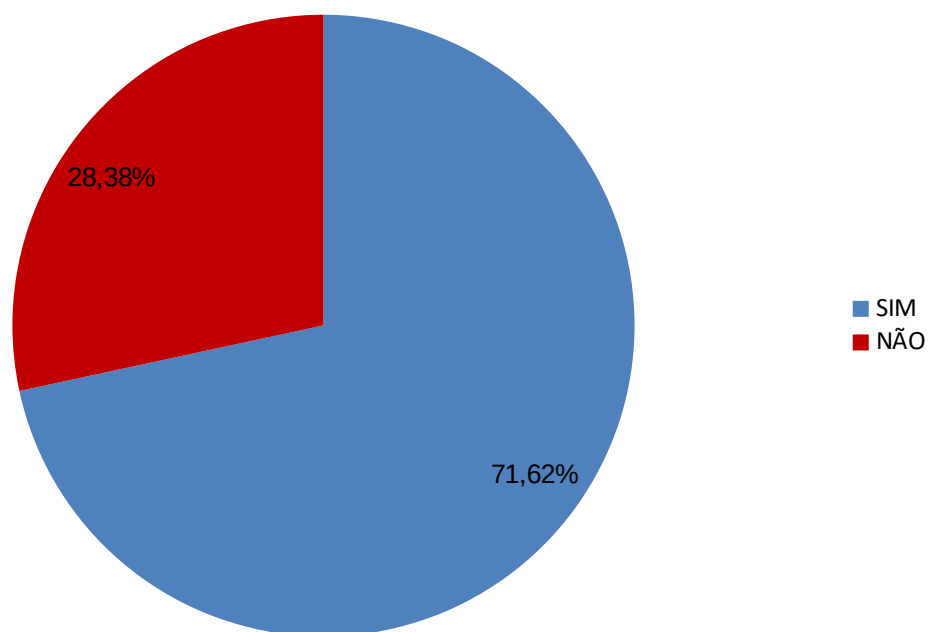
### 3.1.1 Análise dos Resultados: Eixo Planejamento e Autoavaliação Institucional

Quadro 14: Análise dos resultados: divulgação dos resultados da autoavaliação institucional

QUESTÃO	TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	
Você conhece os resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)?	20,7	79,3	<b>Sanar</b>

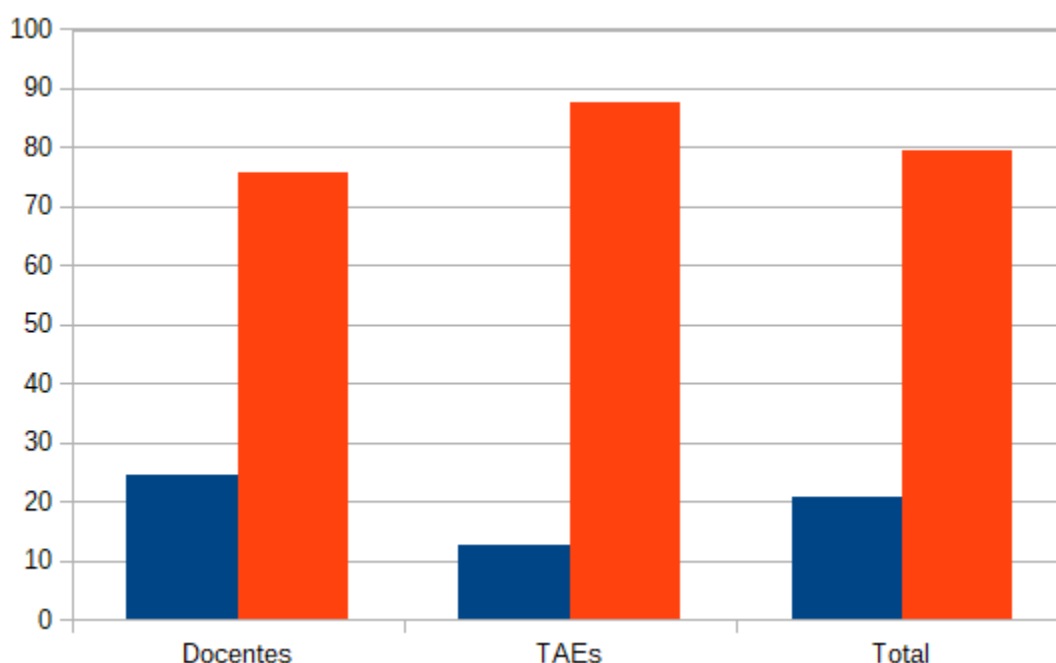
Os dados demonstram que poucos docentes e técnicos administrativos conheceram os resultados da última avaliação institucional do Câmpus Águas Lindas. Entretanto é importante ressaltar que no ano de 2017 não havia exigência de avaliação institucional no referido câmpus, uma vez que ainda não dispunha de curso superior.

Gráfico 2: Representação gráfica: divulgação dos resultados da autoavaliação institucional



O segmento docente é o grupo de pesquisados que demonstrou maior conhecimento sobre os resultados da última avaliação institucional, seguido pelo segmento técnico-administrativo com, respectivamente 24,3% e 12,5% de respostas afirmativas. Cabe destacar que neste ciclo da avaliação institucional os discentes não foram pesquisados, conforme gráfico abaixo:

*Gráfico 3: Conhecimento dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA)*



Destacamos que a partir dos próximos ciclos de avaliação será possível avaliar o incremento do conhecimento dos docentes, técnicos-administrativos e discentes sobre os resultados da autoavaliação institucional, certamente será impulsionado pela divulgação do relatório de autoavaliação do Câmpus nos momentos e reuniões para o Planejamento Pedagógico do Câmpus.

A relação entre os resultados expressos no Relatório de Autoavaliação e o Planejamento e Gestão do Câmpus Águas Lindas-IFG também foi alvo de questionamento na pesquisa de autoavaliação. Observa-se que cerca de 44% dos respondentes percebem a utilização dos resultados da pesquisa no Planejamento Institucional, o que leva à indicação de que o aspecto precisa ser desenvolvido.

Ainda quando questionados sobre a participação no Planejamento institucional apenas 43% respondeu que participam, dado preocupante e que aponta a necessidade de

diálogo e processos democráticos no planejamento institucional, bem como maior engajamento por parte dos seguimentos docente e técnico-administrativos.

### **3.2. Sugestões da SLA para promover o desenvolvimento do planejamento e autoavaliação institucional.**

A seguir estão elencadas as sugestões da SLA- Águas Lindas para o Planejamento e avaliação Institucional.

*Quadro 15: Sugestões SLA para o Planejamento e Autoavaliação Institucional-Câmpus Águas Lindas*

<b>Pontos Críticos</b>	<b>Sugestões CPA</b>
Conhecimento dos resultados da última avaliação institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação do Relatório 2018;</li> <li>• Divulgação dos resultados nas reuniões;</li> <li>• Envio do relatório para os servidores por e-mail.</li> </ul>
Divulgação do Planejamento anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar as atas das reuniões de planejamento por e-mail;</li> <li>• Realizar avaliações da execução do planejamento anual periodicamente.</li> </ul>
Participação no Planejamento anual	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover reuniões de Planejamento Anual participativas com convocações com maior antecedência;</li> <li>• Utilizar metodologias participativas e democráticas para a construção do Planejamento Anual;</li> <li>• Estimular a participação dos docentes e discentes;</li> </ul>

### 3.3. Eixo III: Políticas Acadêmicas

Quadro 16: Apresentação dos Resultados: Eixo III-Dimensão II: Políticas de Ensino

Eixo 2: Políticas Acadêmicas									
QUESTÕES	Docentes		Discentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Os cursos ofertados no seu Câmpus atendem as demandas socioeconômicas da região ?	86,5%	13,5%	N/A	N/A	100%	0%	91%	09%	<i>Manter</i>
De maneira geral, você considera que a formação que está recebendo é de boa qualidade?	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	<i>N/A</i>
Você acompanha os trabalhos do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONEPEX) ?	51,4%	48,6%	N/A	N/A	6,3%	93,7%	38%	62%	<i>Melhorar</i>
Você conhece ou participa de algum Projeto de Pesquisa do IFG?	78,4%	21,6%	N/A	N/A	25,0%	75,0%	43%	57%	<i>Melhorar</i>
Você conhece ou participa de algum Projeto de Extensão do IFG?	75,7%	24,3%	N/A	N/A	56,3%	43,7%	70%	30%	<i>Desenvolver</i>
Você considera satisfatória a comunicação do IFG por meio do site e das redes sociais?	76%	24%	N/A	N/A	75,0%	25,0%	76%	25%	<i>Manter</i>
De maneira geral, você é bem atendido/a nos setores de atendimento ao/à discente/docente no IFG?	83,8%	16,2%	N/A	N/A	N/A	N/A	84%	16%	<i>Manter</i>
Você considera satisfatória a atuação do IFG para promoção da permanência e êxito dos/das estudantes?	56,8%	43,2%	N/A	N/A	56,3%	43,7%	57%	43%	<i>Desenvolver</i>
Você conhece a função da ouvidoria do IFG?	86,5%	13,5%	N/A	N/A	75,0%	25,0%	83%	17%	<i>Manter</i>
Você conhece ou participa de algum Projeto de Ensino ?	73,0%	27,0%	N/A	N/A	31,3%	68,7%	60%	40%	<i>Desenvolver</i>

### 3.3.1 Políticas Acadêmicas: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

#### Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

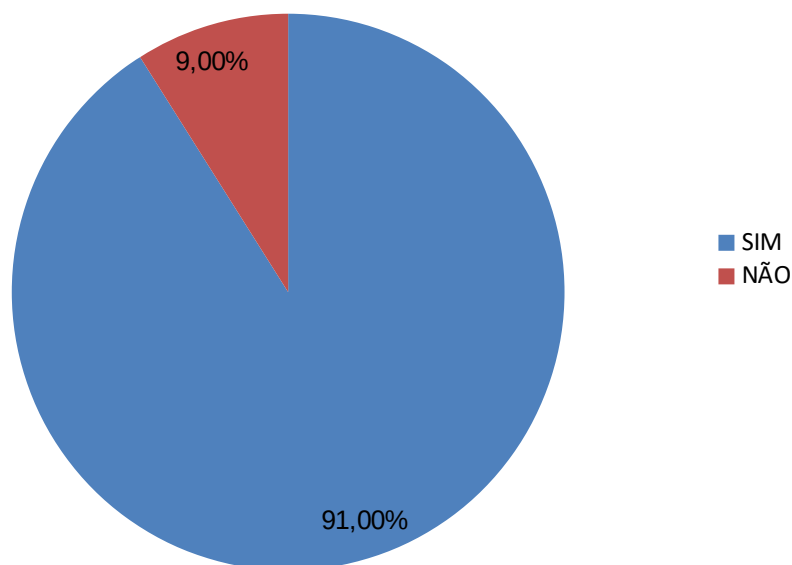
Quadro 17: Atendimento às demandas econômicas da região- Todos segmentos

Eixo 2: Políticas Acadêmicas									
QUESTÕES	Docentes		Discentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Os cursos ofertados no seu Câmpus atendem as demandas socioeconômicas da região?	87%	13%	N/A	N/A	100%	0%	91%	09%	<i>Manter</i>

A seguir a representação gráfica dos dados referentes a oferta de cursos no Câmpus Águas Lindas e sua relevância, segundo docentes e técnicos administrativos para a região.

Gráfico 4: Representação gráfica: divulgação dos resultados da autoavaliação institucional

Os cursos ofertados no seu Câmpus atendem as demandas socioeconômicas da região?



Apesar dos resultados refletirem positivamente que o Câmpus Águas Lindas oferta cursos de interesse loco regional, o presente relatório reflete apenas o universo de dois seguimentos, docentes e técnicos administrativos. Assim, é imprescindível um amplo



estudo junto aos discentes e comunidade sobre a necessidade para oferta de cursos no Câmpus Águas Lindas.

O seguimento de técnico-administrativos foram os que consideraram que a oferta de cursos atendem as demandas regionais com expressivos 100%, enquanto os docentes consideraram igualmente que atendem as demandas com 86%.

Em relação as políticas de pesquisa e extensão, os participantes apontaram que pouco é conhecido e acompanhado os trabalhos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONEPEX, 38% das respostas afirmativas para esta questão.

Os dados descritos por seguimento encontram-se no quadro a seguir:

*Quadro 18: Acompanhamento dos trabalhos do CONEPEX- Todos segmentos*

Eixo 2: Políticas Acadêmicas									
QUESTÕES	Docentes		Discentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Você acompanha os trabalhos do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONEPEX)?	51,4%	48,6%	N/A	N/A	6,3%	93,7%	38%	62%	<i>Melhorar</i>

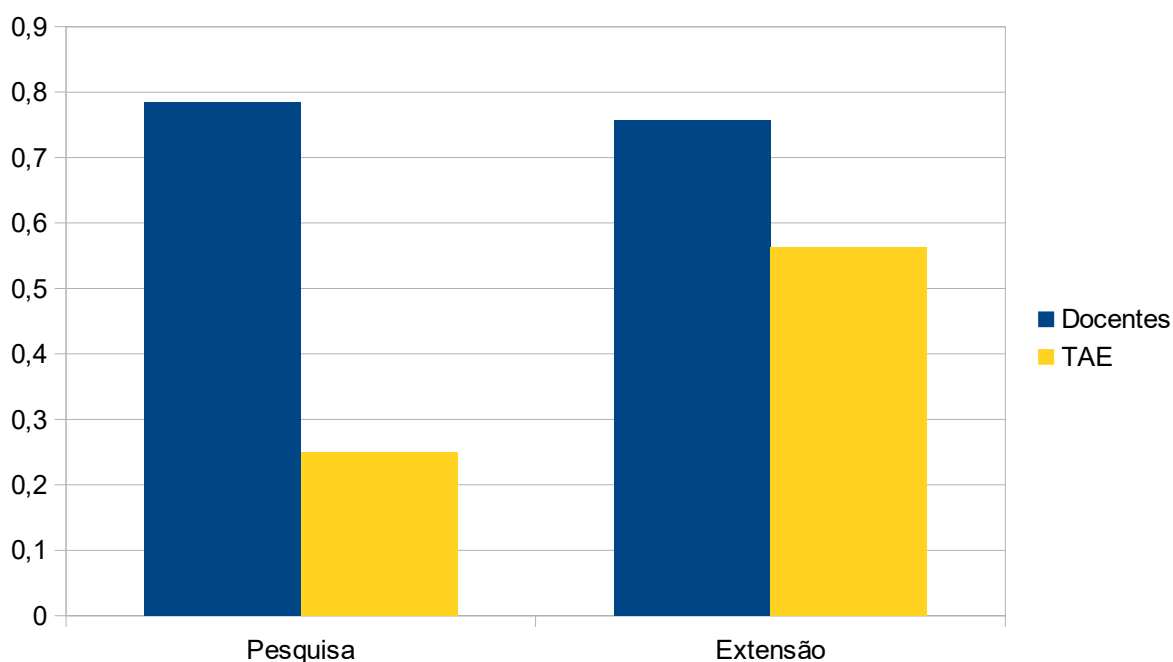
Ainda, em relação à pesquisa e extensão na instituição, apenas 43% dos docentes e técnicos administrativos afirmaram conhecer ou participar de projetos de pesquisa. Tais dados quando observados por seguimento revelam que 78% de docentes possuem imersão na pesquisa, enquanto o seguimento de técnico-administrativos ainda é incipiente com 25%. Enquanto na pesquisa, a inserção por seguimento revela uma importante discrepância, na extensão os resultados demonstraram um maior número de técnicos administrativos com conhecimento e/ou imersão nesta modalidade de ação institucional.

Quadro19: Conhecimento ou participação em Projetos de Extensão do IFG

Eixo 2: Políticas Acadêmicas									
QUESTÕES	Docentes		Discentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
Você conhece ou participa de algum Projeto de Extensão do IFG?	75,7%	24,3%	N/A	N/A	56,3%	43,7%	70%	30%	<i>Desenvolver</i>

A seguir a representação gráfica dos dados referentes ao conhecimento e/ou participação docente e de técnicos administrativos em projetos de pesquisa e extensão.

Gráfico 5: Participação docente e de técnicos administrativos em projetos de pesquisa e extensão



### 3.3.2 Sugestões da SLA para promover o desenvolvimento das Políticas Acadêmicas: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

A seguir estão elencadas as sugestões da SLA- Águas Lindas para o desenvolvimento das Políticas Acadêmicas direcionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

*Quadro 20: Sugestões SLA para as Políticas Acadêmicas-Câmpus Águas Lindas- IFG Câmpus Águas Lindas*

Pontos Críticos	Sugestões SLA
Posicionamento representativo da comunidade sobre a oferta de cursos no Câmpus	Realizar uma investigação junto a comunidade discente e comunidade águaslindense sobre a necessidade de cursos a serem ofertados pelo Câmpus Águas Lindas que atendam as demandas regionais.
Desconhecimento da comunidade sobre o trabalho do CONEPEX	A GEPEX juntamente ao DAA deverá proporcionar a divulgação aos servidores das deliberações do CONEPEX, e quando houver mudanças das resoluções, divulgar em meio eletrônico.
Participação incipiente de técnicos administrativos na pesquisa	Sensibilizar técnicos administrativos para participarem dos projetos de pesquisa; Sensibilizar os docentes para inserirem técnicos administrativos em seus projetos de pesquisa; Estimular a política de qualificação do técnico administrativo.
Desenvolvimento de projetos de extensão incipientes	Estimular docentes e técnicos a proporem projetos de extensão; Estimular docentes e técnicos a participarem de projetos de extensão.

A seguir contribuições da comunidade sobre o Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão:

*“Também considero pouco motivador o PIBIC-EM não ter recursos financeiros para desenvolver uma pesquisa com maior qualidade e que permita ao aluno se envolver mais com o universo científico”.*

*“Sugiro, ainda, que o IFG tente estabelecer um convênio com a FAPDF, para que os professores e técnicos-administrativos possam submeter projetos de pesquisa para esta agência de fomento. O fato de Águas Lindas compor a Área Metropolitana de Brasília e a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno poderia ser um argumento para estabelecer o acordo, que envolveria também Formosa, Valparaíso e Luziânia”.*

Docente

*“Vejo a necessidade de ampliação dos projetos de extensão.”*

Docente

### **3.3.3 Políticas Acadêmicas: Comunicação com a Sociedade**

#### ***Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade***

A comunidade acadêmica respondeu sobre a comunicação do IFG por meio de mídias digitais, como o site e as redes sociais. Os resultados demonstraram que 76% da amostra considera eficiente a comunicação do Câmpus Águas Lindas/ IFG, no qual não houve diferenças significativas entre os seguimentos docente e técnicos administrativos.

A seguir contribuições da comunidade sobre o processo de comunicação institucional:

*“A comunicação interna e externa também é muito falha. Os momentos de interação e diálogo entre servidores que atuam em setores iguais deveria ser mais frequente.”*

Técnico administrativo

*“Em relação a comunicação por meio de mídias digitais, eu considero que alguns campi ainda necessitam aprimorar e tornar as informações disponíveis de forma mais rápida, a fim de toda a comunidade ter tempo hábil para se organizar com relação as datas. Entretanto, há de se destacar a efetiva divulgação que alguns campi fazem do seu trabalho tanto no site institucional, quanto em redes sociais, como instagram e facebook.”*

Docente

### **3.3.4 Políticas Acadêmicas: Políticas de Atendimento aos Discentes**

#### ***Dimensão 9: Políticas de Atendimento aos Discentes***

Ao serem questionados sobre “a atuação do IFG para promoção da permanência e êxito dos/das estudantes” cerca de 57% aprovaram o aspecto. Tal percentual aponta que a oferta de estratégias institucionais para a permanência e êxito dos discentes é um aspecto que precisa ser **desenvolvido**.

No campo de sugestões, foi apontado a necessidade de um melhor acompanhamento dos discentes por parte da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Ensino:

*“Acredito que faz-se necessária uma maior preocupação com a CAPED para que seja possível um melhor acompanhamento da situação dos estudantes e os motivos de evasão.”*

Docente

Outro aspecto a ser desenvolvido refere-se ao desenvolvimento de Projetos de Ensino. O resultado para toda a mostra demonstra que 60% participam ou conhecem projetos de ensino. Entretanto, enquanto os docentes apresentaram percentual de 73% de conhecimento e/ou participação neste tipo de atividade, novamente os técnicos administrativos apontaram uma imersão irrisória nesses projetos com apenas 31%.

### 3.3.5 Sugestões da SLA para promover o desenvolvimento das Políticas Acadêmicas: Políticas de Atendimento aos Discentes

A seguir estão elencadas as sugestões da SLA- Águas Lindas para o desenvolvimento das Políticas Acadêmicas direcionadas ao atendimento aos discentes.

*Quadro 21: Sugestões SLA para as Políticas Acadêmicas de atendimento aos discentes- IFG Câmpus Águas Lindas*

Pontos Críticos	Sugestões SLA
Implementação de estratégias para permanência e êxito	Formular Plano de Ações Estratégicas entre o DAA e CAAAE para a identificação dos fatores que interferem na permanência e êxito do discente; Implementação de estratégias que contribuam para a permanência e êxito dos discentes; Investigar junto aos discentes as maiores limitações para a permanência e êxito.
Participação incipiente de docentes e técnicos administrativos em projetos de ensino	Estimular os docentes a proporem projetos de ensino com equipes executoras cujo haja a representação de técnicos administrativos. Estimular técnicos administrativos a participarem efetivamente dos projetos de ensino.

## 4 Desafios para os próximos Processos de Autoavaliação

O processo de autoavaliação de 2018 foi um grande desafio para os/os membros/as da Subcomissão Local de Avaliação, por se tratar, do segundo processo de avaliação institucional, e o primeiro realizado pela Subcomissão, recém-recomposta. Entretanto, este processo apontou à comissão a relevância de todo o processo, e a importância dos resultados para o desenvolvimento institucional, fruto do amadurecimento e aprendizado dos membros. A Subcomissão Local de Avaliação de Águas Lindas, entende como principais desafios para os próximos processos de autoavaliação:

- a) A promoção da cultura institucional de autoavaliação;
- b) A comunicação e valorização do processo de autoavaliação;
- c) A disponibilidade de carga horária dos integrantes da CPA e SLAs para o desenvolvimento das atividades;

d) A avaliação institucional para a comunidade discente;

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências

BRASIL, Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CONSUP/IFG nº 006, de 31 de março de 2014. Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. 2014. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao172015.pdf>

CONSUP/IFG nº21, de 07 de dezembro de 2015. Institui a CPPIR no âmbito do IFG. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>

CONSUP/IFG nº30 ,de 02 de outubro de 2017 no IFG. Institui o NAPNE no âmbito do IFG. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>

CONSUP/IFG .Resolução 09 de 11 de novembro de 2011. Aprova o Regulamento da Jornada de Trabalho dos Servidores Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <http://w2.ifg.edu.br/index.php/resolucoes>

IFG-Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 ; 2013. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf>

IFG.Plano de Dados Abertos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.2017; Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/servidor/138-tecnologia-da-informacao/4034-pda>

IFG.Minuta do Plano de Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos-ensino?showall=&start=4>

IFG. Portaria 1289, de 10 de junho de 2016. Aprova as Normas de Funcionamento dos Restaurantes Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/106/Portaria%20Normas%20de%20funcionamento.pdf>

IFSC- Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2016.

INEP/DAES/CONAES Nota Técnica nº 65/2014.Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: [http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014\\_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf](http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf)

MEC Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação,



avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.